

## ATA DE REUNIÃO

Às 08h40, do dia doze de maio do ano de dois mil e dezesseis, quinta-feira, no auditório deste Fórum Trabalhista de Presidente Prudente, localizado na Avenida Quatorze de Setembro, 1080, com a presença dos Senhores José Roberto Dantas Oliva – MM. Juiz Diretor do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente, Titular da 1ª Vara do Trabalho e Coordenador do JEIA, Maria Cristina Ribeiro – Coordenadora do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), Cristiano Gomes – Representante do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), Aline de Paula Trogillo – Representante do SEST/SENAT, Naide Videira Braga – Dirigente Regional de Ensino Região de Presidente Prudente, Sebastião Celestino - Representante da Diretoria de Ensino de Presidente Prudente, Fernando Batistuzo – Representante da OAB Presidente Prudente, Daniel Tarsia – Representante do Deputado Estadual Reinaldo Alguz, Silvana Vianna Passarello - Gerente Regional do Trabalho, Leandro Freitas da Costa – Representante do SENAC, Daiane P. M. da Silva Marada – Representante da Fundação Mirim, Alex Schinaider – Representante do deputado estadual Ed Thomas, Luís Thiago – Representante do deputado estadual Ed Thomas, Sandra Aparecida Tavares Barbosa do Nascimento – Representante da Secretaria de Educação do Município de Presidente Prudente, Márcia Golim Bueno – Representante do SESI, Renata Aparecida Crema Botasso – Procuradora do Ministério Público do Trabalho, Paulo de Oliveira – Presidente do Conselho Intersindical de Presidente Prudente e Região, Rita de Cássia Gonçalves - Representante da Secretaria da Educação do Município de Presidente Prudente, Suelen Ap. Batista - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social de Presidente Prudente (SAS), Mônica de Souza Alessi – Representante do Conselho Tutelar, Maria das Graças Chamim Freitas - Representante do Conselho Tutelar, Robson Moreira – Representante do Sesc Thermas, Gilberto Lúcio Zangirolami – Presidente do Conselho Intersindical, Claudio Campbell Rocha – Representante do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Presidente Prudente (CEREST), Maria Helena Veiga Silvestre - Secretária Municipal de Assistência Social, Elaine C. Dias Spiguel - Representante do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA), Marina F. Souza Zanelato – Representante da Casa do Pequeno Trabalhador, Ademir Francisco dos Santos - Presidente do Sindicato do Empregados nas Empresas de Processamento de Dados e Simone Tomiazzi – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social de Presidente Prudente (SAS) realizou-se a reunião, por mim secretariada, do Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Presidente Prudente e Região – FPETI-PPR.

Inicialmente foi formada mesa informal à frente com a participação do Dr. José Roberto Dantas Oliva - MM. Juiz Diretor do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente, Titular da 1ª Vara do Trabalho e Coordenador do JEIA, Dra. Renata Aparecida Crema Botasso – Procuradora do Ministério Público do Trabalho, Dra. Silvana Vianna Passarello - Gerente Regional do Trabalho, Naide Videira Braga – Dirigente Regional de Ensino Região de Presidente Prudente e

Sandra Aparecida Tavares Barbosa do Nascimento – Representante da Secretaria de Educação do Município de Presidente Prudente.

Os trabalhos foram iniciados com a palavra do Dr. Jose Roberto Danta Oliva, mencionando que havia algumas experiências a serem relatadas, que na maioria delas muitos já participaram e também ouvir dos participantes sobre novas ações a fim de enfrentar, de forma mais eficaz, essa chaga social que piorou de 2013 para 2014, segundo dados da PNAD. Relatou que o País tinha uma meta até 2015 para acabar com as piores formas de trabalho infantil. Porém, essa meta não foi atingida. Que em 2016 também não conseguirá. Que já é possível antever que em 2020 também não acabarão todas as formas de trabalho infantil. Disse, ainda, que a educação é a saída. Que há uma forma paliativa para ingresso protegido no mercado de trabalho que é a aprendizagem.

Foi, em seguida, exposto aos presentes, cartaz sobre a Semana Nacional de Aprendizagem ocorrida de 2 a 6 de maio em todo o País. Disse o Dr. José Roberto Dantas Oliva tratar-se de uma ação interinstitucional que envolveu o Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho.

Após a exposição do cartaz, deu-se início aos pontos de pauta.

Passada a palavra para a Dra. Renata Aparecida Crema Botasso, por ela foi dito que a audiência pública sobre aprendizagem em Presidente Prudente foi um sucesso de público e que o objetivo foi alcançado, mencionando que o evento foi acordado dentro do Fórum. Relatou que foi instaurado um procedimento com a expedição de edital e notificações, tendo sido as empresas convocadas para participar do evento. Enfatizou que a audiência pública em Presidente Prudente antecedeu a Semana Nacional de Aprendizagem. Disse que o expediente continua em tramitação e está em fase de recebimento de documentos. Mencionou que referidos documentos serão analisados. Aqueles que estiverem de forma irregular serão encaminhados ao Ministério do Trabalho e as empresas serão fiscalizadas. Aquelas empresas que não cumprirem, retornará o procedimento para o Ministério Público do Trabalho com a instauração de inquérito. A empresa é convocada para assinar o termo de ajustamento de conduta. Caso não assine é proposta ação civil pública.

Em seguida foi passada a palavra para Dra. Silvana Vianna Passarello, que afirmou também ter sido um sucesso a audiência realizada. Que o Ministério do Trabalho está aguardando o desdobramento dos atos e está preparado para emissão das ordens de serviços. Disse, ainda, que teve “um fruto” em Dracena. Que o Dr. Sebastião Estevam dos Santos, Auditor Fiscal, está preparando uma palestra para reproduzir a orientação naquele Município que é um polo e tem uma abrangência importante.

O Dr. José Roberto Dantas Oliva confessou que está entusiasmado e feliz com tudo o que vem acontecendo, ressaltando que a ideia da audiência pública surgiu no Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil de Presidente

Prudente. Que já havia sido discutido no plano nacional.

Disse que vinte e dois tribunais participaram da Semana Nacional de Aprendizagem. Alguns realizaram eventos durante toda a semana, além das audiências públicas específicas, como seminários e outros. Disse ainda, que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região realizou uma audiência pública no dia cinco, na sede, e no dia seis foi realizado um seminário em Sorocaba sobre trabalho infantil. Anunciou a todos que no plano nacional nos dias 20 e 21 de outubro será realizado no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, no auditório do Pleno, um seminário que vai ter como foco principal a aprendizagem. Solicitou aos participantes que anotassem nas agendas, enfatizando que será um seminário histórico e a participação de todos será de grande importância. Disse, também, que Presidente Prudente foi a segunda a realizar uma audiência pública no modelo interinstitucional com a participação do Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho. Que hoje o judiciário está muito mais proativo, dialogando com a sociedade.

Acrescentou que a Justiça do Trabalho, definitivamente resolveu, de forma institucional, participar dessas ações, inclusive com representação no Fórum Nacional da Aprendizagem em Brasília. Que o Poder Judiciário vai se inserir nas discussões de aprendizagem em todo o País.

Em seguida o Dr. Fernando Batistuzo, representando a OAB, destacou que a audiência pública realmente foi um sucesso e que Presidente Prudente tem sido privilegiada com eventos do gênero.

Mencionou que teria surgido uma dúvida após a audiência, consistente no índice do percentual para contratação de aprendizes; se de fato a questão é levada a risca ou não, causando repercussão, principalmente entre os advogados.

Manifestando-se o Dr. José Roberto Dantas Oliva disse que pensa que Presidente Prudente foi privilegiada como sendo a segunda cidade a realizar a audiência pública. A primeira foi o Rio de Janeiro, que foi o laboratório, por conta dos grandes eventos. Destacou que a experiência de Presidente Prudente foi relatada para o País inteiro, servindo como modelo, considerando, inclusive, que não se tem notícia de que em nenhum outro local houve a participação de 110 (cento e dez) empresas como aqui ocorreu.

No tocante a dúvida levantada, foi dito pelo Dr. José Roberto Dantas Oliva, que o único ponto de discussão é o relacionado àquelas empresas em que supostamente as atividades não demandariam a aprendizagem. Em relação às médias e grandes empresas, cujas atividades demandam aprendizagem, a legislação é clara, não havendo qualquer possibilidade de transigir quanto a isso - o percentual mínimo é 5%.

A Dra. Silvana Vianna Passarello explanou que a intenção, com a audiência pública, é mesmo causar um desconforto. Relatou sobre as ações

desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho em dezesseis municípios além da ação das cento e dez empresas que foram chamadas para a audiência pública que são de Presidente Prudente. Além do desconforto a ideia é provocar a iniciativa do empregador ou do jurídico da empresa para buscar o auditor que está à disposição de plantão, na Gerência Regional, para orientações, que não tem só perfil para fiscalização e aplicação de penalidades. É a busca do empregador pelo cumprimento da legislação.

Foi dito pelo Dr. José Roberto Dantas Oliva que deve ser utilizado o princípio da razoabilidade, uma vez que ele norteia todas as nossas ações.

A Dra. Renata Aparecida Crema Botasso frisou que, aquilo que a lei não excepcionou, não é possível o MPT excepcionar. Explanou que essa discussão é comum. Que algumas empresas nem assinam o TAC em razão da base de cálculo. Que tem encontrado empresas com dificuldades em razão de algumas atividades, mas mesmo assim o Ministério Público do Trabalho estabelece um cronograma, com a finalidade de resolver os problemas. Ressaltou que o Ministério Público tem realizado tratativas com uma empresa do ramo frigorífico para contratar aprendizes maiores de dezoito. Que será um projeto piloto. A intenção não é só fazer cumprir a lei e exigir o cumprimento da cota por parte das empresas, mas também, profissionalizar, incluir o adolescente no mercado do trabalho.

O Dr. José Roberto Dantas Oliva falou acerca de um novo decreto do Ministério do Trabalho, do dia 4 de maio, que traz algumas alternativas onde não houver a possibilidade de realizar a parte prática da aprendizagem no próprio ambiente de trabalho. São as denominadas cotas sociais. Disse que está sob análise, e que pode ser uma saída.

A Dra. Silvana Vianna Passarello ressaltou que a Gerência do Trabalho tem o cuidado de fiscalizar também para que não ocorram exageros, onde a empresa coloca só aprendizes no seu quadro todos "mascarados" de aprendizes.

Sandra Aparecida Tavares Barbosa do Nascimento disse que a audiência pública foi um sucesso, conscientizando os empresários no cumprimento da lei, efetivando os jovens no mercado de trabalho, principalmente aqueles considerados "excluídos" para adequação das atividades de aprendizagem no sentido de que eles vislumbrem um cargo melhor, um crescimento na carreira, através da qualificação e não somente no trabalho braçal.

Enfatizou que, aos finais de semana, muitas crianças e adolescentes acompanham seus pais em suas atividades, notadamente feirantes, e que deve ser pensado neste tipo de situação para as próximas reuniões do Fórum.

Ressaltou que foram identificados locais, em estudos do IBGE, onde menores já estão trabalhando, sendo, portanto, mais fácil regularizar a situação deles como aprendizes, a exemplo do ramo de hotelaria, construção, sem necessidade de "diálogo" com órgão fiscalizador, bastando

o cumprimento da legislação.

O Dr. José Roberto Dantas Oliva salientou que, na linha do que foi dito, um dos itens é colocar em pauta de discussões a base de cálculo de aprendizagem, estimulando debate sobre a revisão da CBO - Classificação Brasileira de Ocupações, para saber o que efetivamente demanda aprendizagem. Citou o equívoco de constar, por exemplo, o cortador de cana na lista.

Asseverou que a população do país e do mundo está envelhecendo, a cada dia os casais estão tendo menos filhos, e assim, devemos investir na qualificação das nossas crianças e adolescentes para que não tenhamos um problema com mão de obra no futuro. Que é necessário pensar em qualidade e profissionalização; é preciso uma aprendizagem que prepare a pessoa para ter um trabalho decente no futuro e não para ser um desempregado ou um subempregado.

Maria Cristina Ribeiro alegou que o sistema "S" tem o maior benefício de inclusão. Que o recente Decreto do MT frisa bem a questão da inserção dos jovens em vulnerabilidade. Sugeriu em reunir todos os órgãos para discutir uma qualificação e para que sejam melhor inseridos. Que o CIEE pretende fazer convocações, minis *workshops*, para melhor aproveitamento desses jovens.

O Sr. Paulo de Oliveira, disse que é uma alegria participar deste movimento que vai ao encontro do movimento sindical que já busca a inserção dos aprendizes no mercado de trabalho.

Afirmou que ainda há certa resistência das empresas em cumprir a lei do aprendiz, visto que ante os encargos menores, algumas empresas podem se valer desta legislação com a finalidade de precarizar a utilização de mão de obra, assim como acontece, em alguns casos, com os estagiários.

Ressaltou o compromisso do movimento sindical na erradicação do trabalho infantil e também utilizar a lei do aprendiz para garantir aos trabalhadores uma melhor condição.

O Dr. José Roberto Dantas Oliva mencionou que o decreto está sendo estudado. Que duas questões o preocupam nesse primeiro momento: uma é a base de cálculo já mencionada; outra é a inserção em entes públicos; como isso se daria, pois as empresas contratariam os aprendizes para trabalharem em entes públicos, e que pessoas mal-intencionadas poderiam desvirtuar o escopo da legislação. Isso demanda uma série de indagações.

Com relação a participação, observou que no Fórum Nacional de Aprendizagem os trabalhadores não estão representados na forma como deveriam, ao contrário do que acontece aqui em nossos fóruns, onde os trabalhadores estão representados e os empregadores não têm vindo, talvez por falta de interesse; que a ideia é que todos participem dessas discussões. Afirmou que Prudente tem condições de dar exemplo nessa área. Já foi discutida uma minuta de cláusulas de combate ao trabalho infantil no Fórum Nacional de Aprendizagem.



Conclama que Prudente faça o mesmo e que se propõe a dar um modelo à minuta. Frisou que existe sim, meios para implementar melhorias na luta contra o trabalho infantil através da atuação das entidades sindicais quando das negociações e celebrações de convenções e acordos coletivos.

É uma maneira de assegurar uma condição melhor para os aprendizes de Presidente Prudente. Que as entidades sindicais têm o poder de legislar a respeito disso no âmbito das respectivas categorias. Que unilateralmente não é possível fazer nada. Há necessidade de debate com os empregadores, com a inserção de cláusulas de combate ao trabalho infantil e eventual melhora da situação dos aprendizes.

Sugeriu que na próxima data-base se verifique a inserção de pelo menos duas cláusulas: uma de combate ao trabalho infantil e outra de estímulo à aprendizagem e se comprometeu a dar ampla publicidade e divulgação da atuação da entidade sindical.

Com a palavra o sr. Paulo de Oliveira, disse que a norma coletiva é um instrumento interessantíssimo. Que, em razão da ampla divulgação, inclusive fora do país, fortalece a luta, e que será encaminhado para que o tema volte a ser pauta principal.

Gilberto Lúcio Zangirolami afirmou que o movimento sindical, hoje, não busca mais somente salários, mas a implantação de outros direitos, inclusive discussão e inserção dos aprendizes e combate ao trabalho infantil na agenda sindical.

No tocante ao item "Informe sobre a Pesquisa de Trabalho Infantil em Prudente" o Dr. José Roberto Dantas Oliva disse que surgiu no Fórum a necessidade de realização de uma pesquisa que traçasse um perfil mais real do trabalho infantil na nossa cidade, mas a ideia nasceu em Belém.

Sinalizado positivamente sobre a pesquisa, foram tomadas algumas providências, com reuniões, inclusive com a participação das Secretarias de Educação Estadual e Municipal. A Assistência social também se dispôs a participar. Foram mantidos contatos, inicialmente, com a Unesp. Também com a Toledo, que possui projeto interessante, onde terminada a pesquisa, os resultados estariam prontos, mas com um custo alto. Aqui não se está discutindo sobre a razoabilidade do valor. A questão é que não daria para justificar um investimento alto dessa natureza, embora haja uma necessidade de se pesquisar e identificar onde estão os focos de trabalho infantil.

Após reuniões, chegou-se a um valor bem menor, mas ainda inviável. Ainda serão efetuadas tratativas com as duas Universidades, a fim de viabilizar a pesquisa.

Disse que já foi obtida autorização das duas Secretarias de Educação e a pesquisa deve envolver 35 mil alunos dos 5 aos 17 anos (infantil, ensino fundamental e médio).



O Dr. José Roberto Dantas Oliva e o Ministério Público do Trabalho colocaram-se a disposição para o treinamento dos pesquisadores.

Ressaltou que o universo pesquisado aqui será muito maior. Assistência Social, Educação e Município vão ter exatamente onde procurar e trabalhar; a ideia é resolver o problema. Chegar ao índice zero do trabalho infantil em Presidente Prudente, será exemplo não só para o país, mas para o mundo, porque esta é uma chaga social que afeta o mundo inteiro. Isso não é utopia. A proposta da OIT é erradicar todas as formas de trabalho infantil até 2020 no mundo. Não vai conseguir, mas se isso fosse conseguido em Presidente Prudente, a cidade seria referência. Se extirpada essa chaga social, certamente teremos um futuro melhor. Ainda que utópico nesse momento, sonhado coletivamente pode ser realizado. Frisou, ainda, que sonhando coletivamente, a gente consegue viabilizar coisas que, num primeiro momento, parecem impossíveis.

O Dr. Fernando Batistuzo relatou sobre uma pesquisa da saúde do trabalhador efetuada no Rio de Janeiro, tendo como base de estudos a Unesp; é provável que se a pesquisa for levada à Unesp, é possível que haja uma adaptação para realização da pesquisa do Fórum, pois já havia a intenção de se fazer uma pesquisa de inserção na área de saúde do trabalhador.

O Dr. José Roberto reafirmou que a ideia é viabilizar a pesquisa, pensando até em uma união das Universidades públicas e privadas. Em relação à Secretaria de Educação Estadual, disse que continua contando com o apoio.

Naide Videira Braga afirmou que a educação é o caminho e que compete à Direção de Ensino oferecer vagas para os menores de 16 anos no período diurno. Que no período noturno, as vagas são oferecidas para o "aluno trabalhador". Que há grande preocupação com o trabalhador informal e sempre que uma criança começa a faltar, sistematicamente, é investigado o que está acontecendo.

A Sra. Rita de Cássia Gonçalves disse que atende a educação infantil de 0 a 5 anos em creches em tempo parcial e integral e ensino fundamental ciclo "1" de 0 a 10/11 anos. Explicou que há salas com jovens acima de 14 anos. Que não tem denúncias de que a criança está faltando por causa de trabalho. Que não tem constatado caso de trabalho infantil na faixa de 0 a 10 anos. Comprometeu-se levar a ideia para que os educadores tenham mais sensibilidade para detectar a causa das faltas. Citou acerca do projeto "Cidade-Escola" onde a criança permanece em tempo integral, desenvolvendo atividades extra classe, como em hortas. Frisou a importância de mudar o cenário do trabalho infantil.

Pelo Dr. José Roberto Dantas Oliva foi dito que, uma das propostas que sai deste encontro é que será tentada a viabilização da pesquisa, a qual todos entendem que é possível e que servirá de subsídio para enfrentamento do trabalho infantil.

Disse ainda que, em Sorocaba, foi feito um trabalho interessante que talvez possa ser replicado aqui, eventualmente pela Secretaria Municipal de

Educação e pela Secretaria de Assistência Social. A partir dos dados do IBGE de 2010, foi realizado um trabalho de georreferenciamento criando um mapa da cidade identificando os focos de trabalho infantil, em cada bairro. Contou com o apoio de um engenheiro que desenvolveu o mapa. Isso possibilitará um trabalho bom de enfrentamento, porque o mapa traz não só os dados geográficos, mas o quantitativo de onde eles estão: comércio, prestação de serviços etc.

Pela Sra. Naide Videira Braga foi citado um exemplo na educação de georreferenciamento onde é possível identificar a distância em que o aluno mora da escola para concessão de transporte escolar. Programa desenvolvido pela Secretaria da Educação.

O Dr. José Roberto afirmou que se for possível compatibilizar as duas coisas; o georreferenciamento e fechar com a realização da pesquisa, há condições de em Presidente Prudente acabar com o trabalho infantil, que é um sonho compartilhado por todos.

Com relação ao tema "Crianças, Adolescentes e jovens – tráfico de drogas", foi sugerido pelo Dr. José Roberto Dantas Oliva que se deixasse para um próximo encontro, uma vez que a proposta foi da defensoria e no momento não havia representante na reunião. Assim ficou definido que o tema será inserido na próxima pauta. Também foi sugerido, como mais indicado, pelo Dr. José Roberto Dantas Oliva, que o defensor fizesse um exposição. Ressaltou que pode ser chamada a polícia militar, civil ou federal. Por fim, ficou definido que o tema será abordado pela Defensoria Pública, Secretaria de Assistência Social e Polícia Militar.

Antes dos assuntos gerais, o Dr. José Roberto asseverou acerca de algumas propostas. Disse que já havia sido debatido, inclusive com o Ministério Público do Trabalho. Explanou que foi feito na região de Campinas pela Dra. Camila Ceroni Scarabelli. A ideia é realizar em parceria - JEIA e Ministério Público do Trabalho.

A proposta é a de realização de um curso de capacitação na área do trabalho infantil e aprendizagem para conselheiros municipais e tutelares, não só de Presidente Prudente, mas da Região (da Circunscrição). Indagou aos participantes se havia interesse e que o ideal seria a participação de todos.

Disse, ainda, que em Campinas teve a participação de trezentos conselheiros. Foi algo muito expressivo e que, certamente, vai repercutir no trabalho.

A ideia é a capacitação, é falar desde o conceito de trabalho infantil, aprendizagem, trabalho infantil artístico, trabalho infantil desportivo, trabalho infantil doméstico, como identificar etc. É entender o que é o trabalho infantil na sua essência. A proposta é de oito horas.

A Assistência Social entendeu que é necessário, nesse momento, para

evoluir e superar outras lógicas que estão por aí.

Ressaltou, uma vez mais, o Dr. José Roberto Dantas Oliva, que o curso é para todos.

Fixou-se, então, a data de 19 de agosto de 2016, sexta-feira, para a realização do curso.

Horário: das 8 às 17 horas, com uma hora de intervalo para o almoço.

Público alvo: Conselheiros Tutelares e Assistentes Sociais dos Municípios.

Local: Anfiteatro da UNESP.

A certificação ficou por conta da Secretaria e a programação a ser definida posteriormente.

Noticiou ainda que além do seminário em Brasília, será realizado também um seminário em Campinas sobre o combate ao trabalho infantil, a exemplo do seminário que foi realizado em Presidente Prudente, na Toledo, onde participaram novecentas e cinquenta pessoas. Depois do TST esse foi o segundo maior seminário sobre o trabalho infantil que se tem notícia em termos de público no País. Também outro que foi realizado, quando da criação do JEIA e do Fórum, no Teatro "Paulo Roberto Lisbôa", onde participaram quinhentas pessoas.

Outra proposta feita pelo Dr. José Roberto Dantas Oliva versou sobre o debate e a possível inserção de cláusulas de combate ao trabalho infantil e aprendizagem em normas coletivas. Indagou aos participantes sobre a possibilidade de colocar como meta a ser alcançada. Assim ficou definido como meta de reinserção na agenda das negociações coletivas uma cláusula de combate e uma de estímulo a aprendizagem.

O Dr. José Roberto Dantas Oliva citou uma outra proposta dizendo que teria na Assembleia Legislativa de São Paulo uma proposta de CPI sobre o trabalho infantil, tendo sido realizada na Câmara, inclusive que já havia conversado a respeito com as assessorias dos Deputados Ed Thomas e Mauro Bragato. Que esteve na Câmara dos Deputados falando sobre os malefícios que o trabalho artístico infantil pode trazer. Relatou que a CPI do trabalho infantil é necessária, porém entende que a discussão sobre o tema aprendizagem poderia ser levada também para a Assembleia Legislativa em São Paulo. Como estavam representados na reunião os Deputados Reinaldo Alguz e Ed Thomas, sugeriu que dissessem aos deputados que conversassem entre si e pensassem sobre a possibilidade de uma CPI do trabalho infantil e algo como estímulo a aprendizagem no Estado de São Paulo. Que fosse pensado de forma conjunta.

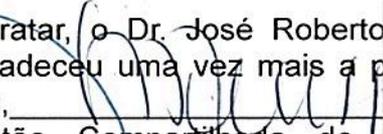
No final da reunião do Fórum todos os participantes se apresentaram, haja vista que alguns não se conheciam. Ficou consignado que nas próximas reuniões a referida apresentação será realizada no início.

Em seguida foi perguntado aos participantes, pelo Dr. José Roberto Dantas Oliva, se estavam de acordo com a ata da última reunião, ocorrida no dia três de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis. Não teve nenhuma objeção

e a ata foi considerada aprovada.

Ficou definida a próxima reunião para o dia 4 de agosto de 2016, às 8h30.

Indagado aos participantes acerca do local das reuniões, ficou acordado que elas continuarão, por ora, sendo realizadas no auditório do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente.

Nada mais havendo a tratar, o Dr. José Roberto Dantas Oliva deu por encerrada a reunião, agradeceu uma vez mais a presença de todos, e eu Adailton Alves da Silva,  Diretor da Coordenadoria de Gestão Compartilhada do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelo MM. Juiz Dr. José Roberto Dantas Oliva e encaminhada por meio eletrônico a todos os participantes.

**JOSE ROBERTO DANTAS OLIVA**

Juiz Diretor do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente  
Titular da 1ª Vara do Trabalho e Coordenador do JEIA

